

Líderes acham que vetos permanecerão

BRASÍLIA — O Congresso dificilmente derrubará os vetos impostos pela presidente Fernando Collor às leis que tratam dos salários, da desestatização e do fim de subsídios e incentivos fiscais. Pelo menos esse é o pensamento das lideranças partidárias no Congresso, que acham complicado a derrubada dos vetos até mesmo nos casos em que a lei foi aprovada por esmagadora maioria dos parlamentares, como a desestatização, que teve 354 votos favoráveis e apenas 95 contrários. Apesar disso, o PMDB e o PSDB insistem em manter pelo menos dois itens vetados pelo presidente: o que dá ao Congresso o direito de opinar sobre os órgãos privatizáveis e o que prevê a reposição de perdas salariais provocadas pelo plano econômico.

“Esse veto revela que a perda salarial é um dos fundamentos do pacote”, defende o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS). “Não abrimos mão de rejeitar o veto à participação do Congresso no processo de privatização”, avisa o líder do PSDB, Euclides Scalco (PR). Esses líderes, porém, reconhecem que, devido à campanha eleitoral, vai ser muito difícil reunir senadores e deputados em número suficiente para votar os vetos — para modificar a decisão do presidente são neces-

sários 248 votos na Câmara e 38 no Senado, a maioria absoluta.

“Problema de veto é com a oposição, ela é que precisa arrumar maioria”, diz o deputado Amaral Neto (RJ), líder do PDS. “Vai ser difícil arrumar número, porque os vetos atingem interesses localizados”, acrescenta o líder do PL, Guilherme Afif Domingos (SP). Os líderes do governo orientaram as bancadas a se ausentar. Mas os vetos terão de ser votados em maio ou junho, sob pena de o Congresso não votar mais nada em pauta. Depois de 30 dias de exame, os vetos entram automaticamente na pauta e nenhuma outra matéria pode ser votada — a não ser uma medida provisória — enquanto não houver decisão do plenário. A pauta fica obstruída.

Ontem à tarde, Collor participou da missa de Páscoa dos funcionários do Palácio do Planalto. A missa, celebrada pelo bispo auxiliar de Brasília, d. Geraldo de Ávila, lotou o auditório do Anexo I do Palácio do Planalto e contou com a presença dos ministros Alcení Guerra, da Saúde, Antônio Cabrera, da Agricultura, do secretário geral da Presidência, Marcos Coimbra, dos irmãos do presidente, Leopoldo e Leda, além da primeira-dama Rosane Collor.

Na reta final

Parlamentares votam nos próximos dias as últimas sete medidas provisórias do Plano Collor

Medida

- | | |
|-------------|--|
| 169* | Autoriza o Poder Executivo a negociar a Dívida Ativa da União |
| 170* | Regulamenta gratificações salariais e uso de carros oficiais |
| 172 | Altera a Medida Provisória 168, que instituiu o cruzeiro |
| 173 | Proíbe liminares em mandados de segurança e ações decorrentes das medidas provisórias |
| 174 | Altera a Medida Provisória 168 |
| 175 | Trata de crimes de abuso do poder econômico (substitui as medidas provisórias 153 e 156) |
| 176 | Estabelece regras para o reajuste das mensalidades escolares |

* Devem ser reeditadas pelo presidente

As leis do Plano Collor

Principais medidas provisórias do plano e da reforma administrativa já foram aprovadas e se transformaram em leis

Lei Principais pontos

- | | |
|--------------|---|
| 8.011 | Venda de mansões do governo em Brasília |
| 8.012 | Reduz prazos de pagamento de impostos federais |
| 8.014 | Estabelece tributação sobre os lucros obtidos nas bolsas de valores |
| 8.018 | Cria certificado de privatização das empresas estatais |
| 8.020 | Diminui o repasse de verbas da União para entidades privadas de previdência |
| 8.021 | Limita a emissão de cheques ao portador e proíbe os títulos ao portador |
| 8.022 | Transfere do Incra para a Receita Federal a cobrança de Imposto Territorial Rural |
| 8.023 | Muda as alíquotas do Imposto de Renda do setor agrícola |
| 8.024 | Institui o cruzeiro e autoriza o bloqueio de cruzados no Banco Central |
| 8.025 | Venda de imóveis funcionais em Brasília. Os recursos obtidos com a comercialização das mansões e dos apartamentos será utilizado para a construção de casas populares |
| 8.026 | Cria penalidades para funcionários que colaborarem com a sonegação fiscal |
| 8.027 | Estabelece normas de conduta para o funcionalismo público |
| 8.028 | Estabelece a reforma administrativa e diminui o número de ministérios |
| 8.029 | Extingue órgãos públicos e empresas estatais |
| 8.030 | Estabelece a prefixação de preços e salários. Mínimo terá ganho real de 6,09% ao bimestre |
| 8.031 | Cria o Programa Nacional de Desestatização |
| 8.032 | Altera impostos para a importação. A implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) é suspensa por seis meses |
| 8.033 | Altera a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras. O IOF será cobrado sobre saldos de poupança superiores a NCr\$ 1.041.320 em 16 de março |
| 8.034 | Altera o Imposto de Renda de pessoas jurídicas. Suspende incentivos fiscais e subsídios |